



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Estudos Preliminares

Análise de Viabilidade

MODERNIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação			
Papel	Nome Completo	Lotação	Ramal
Integrante Demandante	SIDNEY SANTOS DORIA	SEINFRA	7283
Integrante Técnico	THIAGO FREIRE DE LIMA E SOUZA	SEINFRA	7140
Integrante Administrativo	ROBERTO RIBEIRO DA ENCARNAÇÃO	SEADIN	7343

Versão deste documento 1.0
Data 16/06/2021



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

SUMÁRIO

Sumário	2
Informações Iniciais	3
1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	4
1.1 Contextualização Prorrogações	4
1.2 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda	5
1.2.1 Requisitos Funcionais	5
1.2.2 Requisitos Não Funcionais.....	5
1.2.3 Requisitos Tecnológicos.....	7
1.3 Identificação de Soluções que Atendem aos Requisitos.....	9
1.3.1 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC ou Próprias de Outros Órgãos ou Contratações Similares de Outras Entidades Públicas Prorrogações	9
1.3.2 Alternativas com Software Livre ou Software Público Prorrogações	12
1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda Prorrogações	13
1.5 Escolha e Justificativa da Solução	13
1.5.1 Descrição da Solução	13
1.5.2 Alinhamento da Solução.....	13
1.5.3 Benefícios a Alcançar	14
1.5.4 Relação Demanda/Quantidade	14
1.6 Adequação do Ambiente.....	14
1.6.1 Infraestrutura Tecnológica.....	14
1.6.2 Infraestrutura Elétrica.....	14
1.6.3 Logística de Implantação.....	14
1.6.4 Espaço Físico	14
1.6.5 Mobiliário	15
1.6.6 Impacto Ambiental	15

[Após a elaboração do documento, deverá ser efetuado o comando do Word de atualização automática do sumário.]



Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Informações Iniciais

Para elaboração dos estudos preliminares, considere que:

- Cabe ao Integrante Demandante a coordenação dos trabalhos necessários para a efetiva concretização da demanda de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- O Integrante Administrativo deverá verificar se os aspectos administrativos da contratação constam dos documentos produzidos durante as fases do planejamento, os quais fundamentarão as decisões das demais áreas do órgão envolvidas no processo administrativo de contratação.
- O Integrante Administrativo deverá comunicar aos integrantes Demandante e Técnico quando informações devidas não constarem dos documentos.
- Quando não for possível definir os requisitos exigidos, o Integrante Demandante e/ou o Integrante Técnico deverá(ão) apresentar justificativa, conforme a responsabilidade de cada um.
- Quando se tratar de contratação, este documento deve ser preenchido de forma completa. No caso de prorrogação contratual, a Resolução CNJ nº 182/2013 elenca alguns itens como obrigatórios, os quais estão indicados pelo realce **Prorrogações**, não obstante o provimento das demais informações quando necessárias.



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contextualização Prorrogações

Nota: contextualizar, em um ou dois parágrafos, a solução de TIC a ser contratada ou a prorrogação contratual em análise.

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia adota um modelo de atendimento ao público de forma majoritariamente presencial, levando a prestação de serviços à proximidade da população através de sua sede em Salvador (onde também se encontram os cartórios eleitorais da capital) e por meio de unidades remotas, tais como os estabelecidos nas unidades SAC da capital e do interior do estado e os provenientes de convênios firmados com prefeituras, de caráter temporário ou fixo. Há por fim os depósitos de urna, que são estruturas de preparação e manutenção das urnas eletrônicas em municípios do interior e necessitam de acesso a sistemas eleitorais.

Os cartórios eleitorais da capital estão em prédio anexo à sede e utilizam rede local cabeada (i.e., fibras ópticas e cabos metálicos) para a interconexão aos sistemas de TIC. Já os cartórios e depósitos de urna do interior necessitam de soluções de telecomunicação para essa interconexão, como as linhas de dados privadas. Os postos de atendimento têm soluções próprias de interconexão, negociadas junto ao estabelecimento do convênio.

Para a interconexão entre a sede e os cartórios e depósitos do interior é necessária a contratação de serviços de telecomunicação, de maneira a prover esse serviço essencial e contínuo.

Também, todas as unidades de atendimento do Tribunal fazem uso de serviços externos na rede mundial de computadores, a Internet, e por isso o TRE-BA necessita contratar serviços de telecomunicação entre as suas unidades e a Internet.

Devido à sua natureza as telecomunicações do TRE-BA também devem primar pela segurança, principalmente quando em transmissões de resultados eleitorais e em se considerando acessos à Internet por meio do ar (Wi-Fi). Assim, equipamentos que ofereçam telecomunicação de dados e acesso à Internet devem prever uso conjunto de equipamentos de segurança.



Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1.2 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Nota: definir e especificar, completa e detalhadamente, os requisitos funcionais e tecnológicos a partir da avaliação do Documento de Oficialização da Demanda (DOD).

1.2.1 Requisitos Funcionais

Nota: especificar, completa e detalhadamente, os requisitos funcionais que atendam a(s) necessidade(s) vinculada(s) aos objetivos de negócio para alcance de metas do Tribunal, ou a descrição de um problema a ser resolvido, já devidamente previsto no PDTI. Responsável: Integrante Demandante.

Dada a natureza da prestação dos serviços eleitorais e todas as demandas de TIC correlacionadas, a infraestrutura de telecomunicações, seja entre as unidades ou entre as unidades e a Internet necessitam ser providas em regime contínuo (24h x 7 dias), pois são serviços essenciais.

Também, o provimento desses serviços deverá ocorrer com características técnicas que tragam celeridade suficiente para um uso dinâmico dos sistemas de TIC, incluindo a Internet. Por exemplo, um fator preponderante para esse resultado é a largura de banda da linha de dados contratada. Esta medida técnica deve atender às demandas atuais e ter folga para inclusão de demandas vindouras, durante a execução contratual.

Outra característica desejável para o provimento destes serviços é o cuidado com a segurança. Portanto, nesta contratação a linha de dados deve vir acompanhada de complementos (i.e., equipamentos, programas) capazes de proteger a rede interna do TRE-BA e da Justiça Eleitoral de invasões e abusos cibernéticos.

Os provimentos visando acesso à Internet devem contemplar meios de acesso seguros móveis (e.g., *Firewall* e *Wi-Fi*), visto que essa modalidade de acesso é cada vez mais comum por conta da contínua expansão de uso dos equipamentos *smartphones* e computadores móveis.

1.2.2 Requisitos Não Funcionais

Nota: especificar, completa e detalhadamente, os requisitos não funcionais que atendam às necessidades de negócio. Responsável: Integrante Demandante.

a) De Capacitação

Nota: os relacionados ao uso da solução.

A solução requer transferência de conhecimento e treinamento formal para administração dos equipamentos de segurança e de acesso móvel (*Wi-Fi*).



Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

b) Legais

Nota: informar se a solução é regida por norma(s) específica(s).

A solução deve ser provida por empresa apta a participar de licitações envolvendo contratos dessa monta. Portanto a contratação deve restringir legalmente o certame a empresas comprovadamente capazes de cumprir o contrato, através de instrumentos de avaliação como declarações de prestação similar anterior, capital social mínimo e restrições técnicas como velocidade total mínima do *backbone* da empresa prestadora.

c) De Manutenção

Nota: preventiva, corretiva, adaptativa e/ou evolutiva.

A prestação dos serviços deve prever manutenções periódicas, preventivas e corretivas, das infraestruturas envolvidas, para que sua saúde seja mantida e avaliada.

d) Temporais

Nota: prazos de entrega de bens ou de início/encerramento dos serviços.

O início da prestação dos serviços deve ocorrer imediatamente após a assinatura de contrato e abertura de ordem de serviço. Os prazos de entrega das instalações envolvidas devem ser os de mercado, tipicamente em 15 dias úteis. O contrato deve restringir a entrega de toda a infraestrutura nova a 30 dias úteis.

e) De Segurança da Informação

Nota: classificar o grau de acesso à informação, conforme normatizado pelo Tribunal.

Por se tratar de prestação de serviço que envolve camada de proteção e segurança às comunicações da Justiça Eleitoral, a contratação deve ter cláusula de sigilo.

f) Sociais, Ambientais e Culturais

Nota: verificar e informar os impactos sociais, ambientais e culturais.

Como motor de transformação de mercado, as contratações do Estado podem impulsionar investimentos que beneficiam a região onde o serviço é prestado como um todo. Por exemplo, a ampliação de estações de telecomunicação podem levar serviços melhores de acesso à Internet a uma comunidade. Por isso, essa contratação deve avaliar o mercado e tensionar as possibilidades de prestação desses serviços ao limite das possibilidades desse mercado e do orçamento disponível.



Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1.2.3 Requisitos Tecnológicos

Nota: especificar, completa e detalhadamente, os requisitos tecnológicos. Responsável: Integrante Técnico.

a) De Arquitetura

Nota: *hardware*, *software*, padrões, linguagens e interfaces.

As linhas de dados devem ser dedicadas e privativas em toda a sua extensão para a comunicação com os sistemas eleitorais na sede do TRE-BA, e do tipo IP dedicada para acesso à Internet, de maneira que as transmissões em dia de eleição não estejam suscetíveis a ataques e ao mesmo tempo haja disponibilidade de serviços de Internet, via cabo ou Wi-Fi.

As linhas de dados da sede, de todos os tipos, devem ser instaladas com dupla abordagem de fibras ópticas e devem ter disponibilidade mínima de 99,7%, não podendo ficar indisponíveis continuamente por mais do que 2,16h por mês.

As demais linhas de dados, de todos os tipos e em todas as unidades remotas, devem ser instaladas com abordagem simples de fibra óptica e devem ter disponibilidade mínima de 99,5% em períodos eleitorais¹ e de 97% nos demais períodos, não podendo ficar indisponíveis continuamente por mais do que 3,6h por mês em períodos eleitorais e 21,6h nos demais períodos.

No momento da habilitação, a contratada deverá possuir *backbone* com largura de banda total 20 vezes superior à soma das larguras de banda de todas as linhas de dados listadas no termo de referência.

Todos os equipamentos envolvidos no processamento das telecomunicações devem considerar o projeto como integrado, devendo ser compatíveis entre si e prever velocidades de suas interfaces de comunicação e capacidades internas de processamento e memória adequados aos somatórios das cargas previstas ao máximo uso. A exemplo, as interfaces de concentradores devem contemplar largura de banda superior à soma das larguras de banda das linhas de cartórios e depósitos.

A contratada deverá fornecer insumos e ser capaz de instalar todos os equipamentos envolvidos, interligando, afixando, conectorizando os equipamentos. Previamente à instalação, a contratada deverá ser capaz de instalar infraestrutura elétrica básica exclusiva no local de instalação dos equipamentos de telecomunicação, composta de aterramento, adição de um circuito elétrico com disjuntor no quadro elétrico, e tomadas, incluindo os insumos, canaletas e tubulações de PVC, até as respectivas entradas de serviço.

¹ Período que corresponde a seis meses antes do início do pleito (primeiro turno) até um mês depois do final do pleito (primeiro ou segundo turno).



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

b) Do Projeto de Implantação da STIC

Nota: definir cronogramas, atividades, papéis e responsáveis para a disponibilização da solução em ambiente de produção.

Tabela 1. Cronograma.

Item	Atividade	Data	Responsável
1	Sondagem do mercado	01/05 a 25/05	SEINFRA
2	Elaboração dos ETP	25/05 a 17/06	EQUIPE DE PLANEJAMENTO (EP)
3	Elaboração do TR	18/06 a 23/06	EP
4	Cotações	25/06 a 30/06	COMAP
5	Tramites para publicação	25/06 a 07/07	VÁRIAS ÁREAS
6	Publicação do Edital	15/07	COMAP
7	Pregão	27/07	PREGOEIRO
8	Assinatura de Contrato	11/08	ADMINISTRAÇÃO
9	Ordens de Serviço	13/08	FISCAL SEINFRA
10	Capacitação	18/08	SEINFRA
11	Aceite da Implantação	17/12	FISCAL SEINFRA

c) De garantia e Manutenção

Nota: definir como se dará a prestação da garantia/manutenção/assistência técnica.

A manutenção da malha de telecomunicações se dará a partir de abertura de chamados técnicos, com prazo de atendimento de 4h e de conclusão de 12h. Os chamados terão os prazos reduzidos à metade no período que antecede a eleição em seis meses, até trinta dias após a homologação dos resultados.

d) De Capacitação

Nota: definir o ambiente tecnológico de treinamento, o perfil do instrutor e o conteúdo técnico.

A solução de segurança e transmissão pelo ar deve ser provida com previsão de capacitação de quatro servidores da equipe da SEINFRA, logo após a assinatura do contrato.



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

e) De Experiência Profissional e Formação da Equipe que Projetará, Implantará e Manterá a STIC

Nota: definir o perfil profissional e de formação da equipe (interna e externa) envolvida no projeto, implantação e manutenção da STIC, indicando, inclusive, como se dará a comprovação da experiência/formação.

A equipe lotada na SEINFRA, responsável pelo projeto, pela implantação e pelo acompanhamento de sua execução, possui o perfil e o conhecimento técnico necessários.

f) De metodologia de Trabalho

Nota: informar a metodologia de trabalho da equipe, do contratante e/ou da contratada, que projetará, implantará e manterá a solução.

A contratada deverá prover cronograma de implantação em formato de projeto, com acompanhamento por etapas (Diagrama de Gantt).

g) De segurança em TIC (confidencialidade, integridade e disponibilidade)

Nota: descrever como garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade em termos de TIC, conforme normatizado pelo Tribunal.

A segurança dos dados a serem trafegados deverá ser provida por equipamento *firewall* e criptografia de modo que sejam acessíveis apenas no ambiente da Justiça Eleitoral. A contratada deverá assinar termo de sigilo e confidencialidade sobre as informações do TRE-BA que transitarão por sua infraestrutura.

1.3 Identificação de Soluções que Atendem aos Requisitos

1.3.1 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC ou Próprias de Outros Órgãos ou Contratações Similares de Outras Entidades Públicas **Prorrogações**

Nota: levantar e identificar abaixo as soluções disponíveis no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação aderentes aos requisitos e os respectivos fornecedores (recomenda-se realizar consulta pública quando for interessante para o Tribunal). Verificar, junto a outros órgãos ou entidades da Administração Pública, soluções próprias ou contratações similares, considerando, inclusive, as vantagens, desvantagens e lições aprendidas durante o processo de contratação, bem como da execução contratual. Observar que os estudos preliminares podem envolver o atendimento de uma ou mais necessidades.

NECESSIDADE 1: Solução de Telecomunicação Privativa e Segura para Cartórios e Depósitos, com alta disponibilidade e acesso à Internet por ar (Wi-Fi).



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Solução 1 – Linha dedicada MPLS e Linha dedicada de Internet, seguros e com Wi-Fi

Descrição: Linha de dados privada de baixa latência associada a uma linha de dados de Internet, ligados através de um *firewall* com Wi-Fi.

Fornecedor(es): Empresas de Telecomunicação e Grandes Provedores de Internet.

Entidade/órgão contratante: TRE-BA.

Orçamento estimado:

Nota: efetuar levantamento que expresse a composição de todos os custos unitários resultantes dos itens a serem contratados, com base em pesquisa fundamentada de preços, como os praticados no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação em contratações similares realizadas por órgãos ou entidades da Administração Pública, entre outros pertinentes. Documentos relacionados à pesquisa de mercado devem ser acrescentados como anexo. Observar normativo interno que disciplina a pesquisa de preços no âmbito deste Tribunal.

Item	Tipo	Quantidade	Período*	Custo Mensal	Custo Anual
1	MPLS + IP+Firewall+Wi-Fi Unidade Remota	185	60 meses	R\$642.724,41	R\$7.712.693,02

* Quando se tratar de serviço

Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI²

Nota: em sendo aplicável, verificar a observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário pelas diferentes soluções de TIC que atendem aos requisitos.

Não se aplica.

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil

Nota: em sendo aplicável, verificar a aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), quando houver necessidade de utilização de certificação digital, observada a legislação sobre o assunto.

Não se aplica.

² O Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) visa estabelecer os padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça, e além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual. (<http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/comite-nacional-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/modelo-nacional-de-interoperabilidade>)



Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Modelo de Requisitos Moreq-Jus³

Nota: em sendo aplicável, verificar a observância às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) pelas diferentes soluções de TIC que atendem aos requisitos.

Não se aplica.

Solução 2 – Linha MPLS seguras e com Wi-Fi

Descrição: Linha de dados privada de baixa latência, ligada através de um *firewall* com serviço de acesso à Internet com Wi-Fi.

Fornecedor(es): Empresas de Telecomunicação e Grandes Provedores de Internet.

Orçamento estimado:

Nota: efetuar levantamento que expresse a composição de todos os custos unitários resultantes dos itens a serem contratados, com base em pesquisa fundamentada de preços, como os praticados no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação em contratações similares realizadas por órgãos ou entidades da Administração Pública, entre outros pertinentes. Documentos relacionados à pesquisa de mercado devem ser acrescentados como anexo. Observar normativo interno que disciplina a pesquisa de preços no âmbito deste Tribunal.

Item	Tipo	Quantidade	Período*	Custo Mensal	Custo Anual
1	MPLS + Firewall Unidade Remota	185	60 meses	R\$542.104,41	R\$6.505.252,02

* Quando se tratar de serviço

Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI⁴

Nota: em sendo aplicável, verificar a observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário pelas diferentes soluções de TIC que atendem aos requisitos.

Não se aplica.

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil

Nota: em sendo aplicável, verificar a aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), quando houver necessidade de utilização de certificação digital, observada a legislação sobre o assunto.

³ O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) apresenta os requisitos que os documentos digitais produzidos pelo Judiciário e os sistemas informatizados de gestão documental deverão cumprir, no intuito de garantir a segurança e a preservação das informações, assim como a comunicação com outros sistemas. (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-proname/sistema-moreq-jus>)

⁴ O Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) visa estabelecer os padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça, e além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual. (<http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/comite-nacional-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/modelo-nacional-de-interoperabilidade>)



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Não se aplica.

Modelo de Requisitos Moreq-Jus⁵

Nota: em sendo aplicável, verificar a observância às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) pelas diferentes soluções de TIC que atendem aos requisitos.

Não se aplica.

NECESSIDADE 2: Linhas de Internet para a Sede do TRE-BA

Solução 1 –Linhas dedicadas de Internet redundantes

Descrição: Duas linhas de Internet redundantes de 500 Mbps, cada uma com dupla abordagem de fibras ópticas, com firewall associado e serviço anti-DDOS.

Fornecedor(es): Empresas de Telecomunicação

Entidade/órgão contratante: TRE-BA.

Orçamento estimado:

Item	Tipo	Quantidade	Período*	Custo Mensal	Custo Anual
1	Internet Sede	2	60 meses	R\$40.000,00	R\$480.000,00

* Quando se tratar de serviço

Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI

Não se aplica.

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil

Não se aplica.

Modelo de Requisitos Moreq-Jus

Não se aplica.

1.3.2 Alternativas com Software Livre ou Software Público Prorrogações

Nota: se for o caso, verificar soluções com software livre existentes no mercado ou disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>) que atendam aos requisitos.

Descrição: Não se aplica.

Entidade proprietária: Não se aplica.

Premissas para adoção da solução alternativa: Não se aplica.

⁵ O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) apresenta os requisitos que os documentos digitais produzidos pelo Judiciário e os sistemas informatizados de gestão documental deverão cumprir, no intuito de garantir a segurança e a preservação das informações, assim como a comunicação com outros sistemas. (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-proname/sistema-moreq-jus>)



Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda **Prorrogações**

Nota: efetuar análise e comparação entre os custos totais das Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação identificadas, levando-se em conta os valores de aquisição dos produtos, insumos, garantia e serviços complementares, quando necessários à contratação. No caso de prorrogação contratual, a análise deve envolver comparativo entre as alternativas identificadas com os custos do contrato em análise.

Em relação à necessidade 1, o custo total da solução 1 é de R\$7.712.693,02 ao ano. A solução 2 tem custo anual de R\$6.505.252,02. Entretanto, o custo da primeira solução envolve um serviço importante, que é a entrega de Internet via Wi-Fi, com linha de dados presente no local, o que confere excelente solução de entrega de Internet para uso geral no cartório. Comparada à solução 1, a solução 2 é mais barata, mas menos vantajosa, visto que necessita de entrega de Internet ao cartório através da linha de Internet da sede, repassada ao cartório através da linha privativa. Essa é de fato uma solução, mas promove uma entrega de Internet ineficiente, visto que um requisito técnico importante para o desempenho, a latência, fica comprometido. Assim, a solução 2 não atende bem ao que se propõe, por entregar Internet de maneira mais lenta e sem Wi-Fi.

Em relação à necessidade 2, há apenas uma solução de mercado que nos atende em todos os requisitos de desempenho. O custo anual da solução da necessidade 2 está estimado em R\$480.000,00.

1.5 Escolha e Justificativa da Solução

Nota: indicar a solução de Tecnologia da Informação e Comunicação escolhida, justificando por meio dos itens abaixo.

1.5.1 Descrição da Solução

Nota: descrever, de forma sucinta, precisa, clara e suficiente, a Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação escolhida, indicando os bens e/ou serviços que a compõem.

Para a necessidade 1, foi escolhida a solução 1, pois tem vantajosidade técnica de fornecimento de Internet a partir de linha no local, em vez que adotar o uso da Internet a partir da sede do Tribunal, sendo redistribuída para os cartórios. A solução de acesso à Internet para a sede é única.

1.5.2 Alinhamento da Solução

Nota: verificar se a solução escolhida contempla o alinhamento em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos.

A solução está alinhada com o objetivo estratégico de “promover a melhoria dos serviços de TIC” e “consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade” do Planejamento Estratégico Institucional do TRE-BA 2016-2021



Poder Judiciário

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1.5.3 Benefícios a Alcançar

Nota: identificar os benefícios a serem alcançados com a solução escolhida em termos de eficácia, eficiência, economicidade e padronização.

Manter a infraestrutura de TIC produtiva e segura, com boa prestação dos serviços dos cartórios e da sede.

1.5.4 Relação Demanda/Quantidade

Nota: relacionar a demanda prevista com a quantidade dos bens e/ou serviços a serem contratados, demonstrando por meio de memória de cálculo.

Serão 185 linhas privadas de dados, 185 localidades com acesso à Internet via Wi-Fi, 185 soluções de segurança monitorada para as linhas e mais duas linhas de Internet para a sede, com dupla abordagem em fibras ópticas. Provisamento de conexões provisórias em depósitos de urna temporários em período eleitoral.

1.6 Adequação do Ambiente

Nota: avaliar a necessidade de adequação do ambiente para viabilizar a execução contratual, abrangendo, no mínimo, os itens abaixo. Se necessário, incluir outros itens.

1.6.1 Infraestrutura Tecnológica

Os cartórios eleitorais deverão ser estruturados com dutos de uma polegada para que a contratada faça a instalação do cabeamento óptico. Deverão, ainda, ter cabeamento de rede para os pontos onde deverá(ão) ser instalado(s) o(s) equipamento(s) de Wi-Fi.

A infraestrutura tecnológica da sede já se encontra adequada.

1.6.2 Infraestrutura Elétrica

A estrutura elétrica dos cartórios eleitorais deverá estar com pontos de tomada com aterramento adequado e acessíveis aos equipamentos a serem instalados pela contratada.

1.6.3 Logística de Implantação

Envolvimento da SEMAP para a manutenção necessária nos cartórios eleitorais do interior do Estado.

Envolvimento dos chefes de cartório do interior do estado no acompanhamento da implantação em seu respectivo cartório eleitoral.

Possibilidade de serviço de instalação de infraestrutura elétrica mínima, incluindo canaletas e eletrodutos, pela contratada.

1.6.4 Espaço Físico

Não se aplica.



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1.6.5 Mobiliário

Mesa, prateleira ou *rack* para acomodação dos equipamentos de telecomunicação de dados.

1.6.6 Impacto Ambiental

Não se aplica.

Equipe de Planejamento da Contratação Documento assinado eletronicamente via PAD		
Integrante Técnico	Integrante Demandante (Coordenador dos trabalhos)	Integrante Administrativo
THIAGO FREIRE DE LIMA E SOUZA SEINFRA	SIDNEY SANTOS DORIA SEINFRA	ROBERTO RIBEIRO DA ENCARNÇÃO SEADIN
Salvador, _____ de _____ de 20_____		